

Representações sociais e cognição social

Social representations and social cognition

Anderson Pereira Mendonça¹

Marcus Eugênio Oliveira Lima²

RESUMO: Neste artigo se discutem duas das perspectivas mais importantes da psicologia social. A perspectiva da cognição social (CS) e a perspectiva da sociocognição, representada pela sua teoria mais emblemática, a Teoria das Representações Sociais (TRS). Adotando como postulado fundamental a necessidade de articulação dos diversos níveis de análise dos fenômenos, consideramos os planos intrapsíquico, interpessoal, posicional e ideológico das explicações das duas perspectivas referidas. Nosso objetivo é colaborar para a discussão de um novo campo de pesquisa, centrado no estudo da articulação entre o funcionamento cognitivo e as regulações sociais. Para tal, discorreremos sobre a TRS e a CS, apresentando alguns dos seus princípios fundamentais e limitações analíticas, para propor uma integração/tensionamento entre as perspectivas que permita, por um lado ampliar a teoria das representações sociais, dando conta de algumas das limitações apontadas por seus críticos, especialmente sua fraqueza conceitual e por outro, complementar vários aspectos da cognição social, especificamente mostrando a importância das ancoragens sociais.

Palavras-chave: representações sociais; cognição social; atitudes; estereótipos.

ABSTRACT: In the present article we discuss two of the most important social psychology perspectives: social cognition (SC) perspective and socio-cognition perspective. Represented by its most emblematic theory, the Social Representations Theory (SRT). Embracing as fundamental postulate the need to link phenomena analyses several levels, we consider the intrapsychical, interpersonal, positional and ideological plans of both perspectives explanations. Our aim is to assist in a new research field discussion, centered at the link between the cognitive process and social regulations researches. For that we will discourse about SRT and SC, presenting some fundamental principles and analytical limitations, to propose an integration/tension between possible perspectives, on one hand broaden the Social Representations Theory, realizing some limitations pointed by its critics, especially its conceptual weakness and on the other hand complement several social cognition aspects, specifically showing the social anchors importance.

Keywords: social representations; social cognition; attitudes; stereotypes.

Neste artigo se discutem duas das perspectivas mais importantes da psicologia social, tão importantes que até se pode dizer que são emblemáticas dos dois paradigmas dominantes no campo; de um lado a psicologia social psicológica,; de outro a psicologia social sociológica, considerando as inter-relações entre os níveis de análise intrapsíquico, interpessoal, posicional e ideológico entre as duas orientações referidas (Doise, 1982), Pretende-se verificar as possibilidades do estudo da teoria das representações sociais (TRS) em articulação com outras áreas da psicologia social, especialmente os modelos cognição social e suas análises sobre as atitudes e os estereótipos.

Como refere Valentim (2013) a ideia de um novo campo de pesquisa, centrado no estudo da articulação entre regulações sociais e funcionamento cognitivo, não encontra

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: anderson.p.mendonca@hotmail.com.

² Professor Associado do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe - Sergipe, Brasil.

expressão, nem espaço, nos atuais modelos dominantes de pesquisa, o que muito prejudica o desenvolvimento das teorias.

As análises da cognição social, especificamente dos conceitos de crenças e atitudes, podem ser muito úteis para ampliar a teoria das representações sociais, dando conta de algumas das limitações apontadas por seus críticos, especialmente sua fraqueza conceitual. Por outro lado, a TRS complementa vários aspectos da cognição social, especificamente mostrando a importância das ancoragens sociais. Não podemos perder de vista que o solo onde se formam as representações e as cognições é o mesmo: o dos julgamentos sociais (Doise, 1972). Com efeito, representações e cognições se formam nos e para os julgamentos sociais.

A partir do entendimento de Doise (1984), o estudo das representações sociais envolve diferentes níveis de análise, o que facilita essa articulação. Segundo Cabecinhas (2004) é justamente a articulação desses níveis de análise que constitui o objeto próprio da psicologia social, orientando o seu projeto de desenvolvimento. Corroborando com a ideia, Vala (2004) sugere que a articulação entre os conceitos de representação social e cognição social pode ser muito positiva, segundo ele, os mesmos atribuem um papel determinante às estruturas cognitivas na produção do conhecimento social, formando estruturas de conhecimento que guiam e facilitam o processamento da informação social, ressaltando que esta articulação não deve ser confundida com uma submissão da teoria das representações sociais aos modelos da cognição social e sim uma complementação vislumbrando um maior entendimento dos fenômenos psicossociais.

Destaca-se também a construção do conhecimento socialmente compartilhado, considerando a relação com as atitudes e estereótipos na formação do pensamento social, partindo dos conteúdos mais explícitos até os menos acessíveis das representações sociais construídas, reforçando a importância do estudo do fenômeno por parte da Psicologia, mais precisamente a Psicologia Social Cognitiva, entendendo que a mesma tem como domínio privilegiado o estudo da interação do sujeito com o meio que se insere.

A separação ou mesmo cisão entre as abordagens cognitivistas e as sociocognitivistas tem uma história recente na psicologia social. Como refere Fraser (1994), a teorização sobre atitudes na psicologia social começa no livro *"The Polish Peasant"* de Thomas e Znaniecki ainda na segunda década do século XX (1918-20). Para estes autores a atitude seria a internalização por parte dos indivíduos de algo socialmente valorizado, tornando-se largamente compartilhada nos grupos sociais. A partir da década de 1930, no entanto, a psicologia social começa a passar nos Estados Unidos por um processo de individuação (Farr, 1991), ocorre um amplo desenvolvimento de escalas de atitudes, o conceito passa por um processo de revisão a fim de referir não mais as visões compartilhadas de um grupo sobre um fenômeno, e sim as visões diferentes de cada indivíduo dentro de um grupo sobre o fenômeno (Fraser, 1994).

Serge Moscovici formula sua teoria na década de 1960 tomando como contraste o conceito de atitudes individualizado da psicologia social norte-americana. A TRS começa a ter impacto na década de 1970 e, sobretudo, nos anos 80. No texto *"O início da era das representações sociais"*, Moscovici (1982) afirma o caráter complementar da TRS em relação às abordagens cognitivistas. Para ele o problema central da psicologia a partir da segunda metade do século XX foi a redescoberta da mente social. Três fases ou períodos conceituais ocorrem na psicologia para responder a esse problema: as atitudes sociais, a cognição social

e as representações sociais. O que muda nestas fases é a ênfase nos conceitos e abordagens, o que era periférico numa poderia se tornar central na outra. Quando propõe fases, Moscovici de alguma maneira aceita os postulados gerais do positivismo que afirma a superação de uma forma de pensar por outra, numa espécie de cadeia evolutiva do conhecimento. Contudo, não é isso que ocorre e neste texto procuramos mostrar que as duas abordagens, da cognição social e das representações sociais, ganham mais com a articulação dos seus níveis de análise que com a ideia de superação.

As representações sociais surgem da necessidade de ajustamento das pessoas, que precisam identificar, conduzir e resolver problemas que lhes são apresentados, transformando o desconhecido em conhecido: “surgem do nosso desejo de familiarizar o não familiar” (Moscovici, 2003, p. 203). Nesse processo de ajustamento, de superação do “vago” os sujeitos desenvolvem modos de promover a compreensão sobre os grupos externos aos seus grupos de pertença, realizando uma “economia” cognitiva. Segundo Torres (2010), em um contexto social mais amplo, torna-se mais comum o comportamento intergrupal (baseado nas afiliações) do que o comportamento interpessoal (baseado nas características individuais), estimulando o desenvolvimento de estereótipos, que orientam as atitudes e comportamentos dos grupos. Tanto as representações sociais quanto os estereótipos referem-se ao saber elaborado pelos indivíduos, e em ambos os casos, as cognições permeiam a compreensão e avaliação, participando da construção da identidade das pessoas (Moliner & Vidal, 2003; Tajfel & Turner, 1979).

A integração e/ou o tensionamento entre os níveis de análise dos fenômenos é a cada dia uma necessidade mais premente na psicologia social. Tanto que, até os olhares externos à nossa disciplina são capazes de perceber essa urgência, a exemplo do antropólogo Clifford Geertz que, comentando a obra de Jerome Bruner, refere:

O trajeto de nossa compreensão da mente não consiste numa marcha decidida em direção a um ponto ômega onde tudo enfim se encaixa alegremente; consiste na exposição repetida de investigações distintas, de tal modo que, vez após outra, de maneira aparentemente interminável, elas imponham reconsiderações profundas umas às outras. (...) o que parece necessário é o desenvolvimento de estratégias que permitam as diferentes construções da realidade mental, nas palavras de Bruner, confrontar, decompor, energizar e desprovincializar umas às outras levando a empreitada erráticamente adiante (Geertz, 2001, p. 176).

Neste texto defendemos a ideia em desenvolvimento de um modelo teórico integrado e tensionado entre cognições e representações. Para tanto, nos baseamos na Teoria das Representações Sociais e nas relações mais próximas com os conceitos de Estereótipos e Atitudes.

A teoria das representações sociais e o pensamento social

O estudo das representações sociais se constitui como um grande campo de investigação em diferentes abordagens nas Ciências Sociais e Humanas e segundo Silva, Trindade e Silva Junior (2012), tem se mostrado um instrumento teórico e metodológico interessante para estudos no âmbito da abordagem psicossocial. Nesse contexto, Bomfim (2004), entende que tais estudos ocupam um lugar importante e buscam explicar a relação entre as produções mentais e as dimensões materiais e funcionais da vida dos grupos, acrescentando ainda que a representação social é parte do cotidiano e um produto da comunicação e da linguagem, constituindo-se numa organização de imagens. Logo, a teoria enfatiza e simboliza atos e situações cujo uso os torna comum. Sendo, portanto, uma

modalidade particular do conhecimento, que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos. Realçando também, que a representação social tanto fala quanto mostra, tanto comunica quanto exprime.

De acordo com a TRS as origens do pensamento social dependem das relações entre os grupos. Nesta linha argumentativa, grupos e indivíduos estão sempre num campo de forças definido pela ideologia dominante (Moscovici, 1984). Três anos antes da obra que inauguraria a TRS, Fritz Heider já havia formulado uma psicologia voltada para o pensamento social do cidadão comum. Heider (1958) procurava entender, assim como Moscovici, como as pessoas comuns construíam um conjunto de teorias sobre a vida social, a partir das quais poderiam interpretar os acontecimentos sociais e reagir a eles (Camino & Torres, 2011). Ainda na década de 1960, Berger e Luckmann (1966/1985) publicam o livro “A construção social da realidade”, no qual também discutem os fundamentos do conhecimento na vida cotidiana. A intenção destes autores, assim como foi a de Moscovici e a de Heider, era entender os processos que fazem com o conhecimento do “homem da rua” ou do senso comum possa ser socialmente estabelecido como realidade operativa.

As três perspectivas se aproximam em vários aspectos; contudo se diferenciam num ponto crucial, que diz respeito à origem do pensamento social, ao seu fundamento. Para Moscovici (1982) o conhecimento é social, enquanto produto e enquanto processo. Enquanto processo é social na medida em que é compartilhado nas interações sociais. Enquanto produto ele é social porque são representações de um sujeito sobre um objeto marcadas pelas referências ao pertencimento grupal; sendo parte integrante das identidades sociais (Wagner, 1998). De forma que produto e processo não se distinguem nesta perspectiva (Semin, 1985). Já nos modelos dominantes da cognição a origem do conhecimento está centrada nas estratégias individuais para lidar com a realidade, preservando os recursos cognitivos. Esses modelos põem ênfase na ideia de erro ou enviesamentos mentais: “As operações do conhecimento, no entanto, estão sujeitas a erros, embora estes possam ser corrigidos.” (Pereira, 2011, p. 169).

As representações sociais se referem a uma reprodução mental, por meio da construção ou da transformação, de um objeto. É através dessa representação mental que o objeto se apresenta ou é substituído, torna-se presente e restaura-se simbolicamente. A representação mental caracteriza o sujeito e sua atividade (Doise, 2002). Segundo Jodelet (1989, p. 37), “não há representação sem objeto”, não há dualidades entre o sujeito que representa e o objeto representado, porém, de acordo com Moliner (1996, p. 3), “alguns objetos do campo social não suscitam a emergência do processo representacional”, ele pode ser representado em razão das características ou em razão de seu aparecimento na sociedade.

Flament (1987) destaca que uma representação é inicialmente constituída de cognições relativas a um objeto. As cognições são conhecimentos simples relativos ao objeto, tais conhecimentos provêm de três fontes: as experiências e as observações do sujeito (eu vi, eu fiz), as comunicações às quais ele está exposto (eu ouvi, disseram-me) e as crenças que ele elaborou (eu penso, eu acredito). Qualquer que seja a fonte, estes conhecimentos têm valor e evidência para os sujeitos, formando assim os elementos de uma base de uma Representação Social.

Para Moscovici (1978), as representações sociais se organizam de acordo com as proposições, reações ou avaliações de cada classe, cultura ou grupo, mediante três

dimensões: A *informação* designa o conjunto de conhecimentos relativos ao objeto, quanto maior for a quantidade de informação, mais elaborada é a representação. O *campo* corresponde à organização subjacente destes conhecimentos, ressaltando que os indivíduos não dispõem da globalidade de informações, eles dispõem apenas de informações relativas a certos aspectos do objeto, sendo o conjunto destes aspectos que constituem o campo da representação. A *atitude*, correspondendo à orientação global dos indivíduos (favorável ou desfavorável) em relação ao objeto.

Para Silva (2009), os estudos em Representações Sociais apresentam três diferentes vertentes, todas elas compatíveis com a teoria mais geral e ao mesmo tempo, cada uma delas com uma forma particular de analisar o processo representacional. Essas vertentes focariam: 1) o processo de formação e transformação das representações sociais; 2) os elementos constituintes da representação social de um objeto; 3) as representações sociais como orientadoras de práticas. Acrescentando ainda que estas possibilidades podem relacionar possíveis diferenças em grupos com contextos sociais diferentes, consubstanciando as principais abordagens da TRS: a processual ou dinâmica, a estrutural e a societal.

A abordagem dinâmica ou processual, difundida por Jodelet (1989), propõe que as representações sociais configuram-se como uma modalidade de conhecimento prático, estando orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos. São por conseguinte, formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos (imagens, conceitos, categorias, teorias), mas que não se reduzem jamais aos componentes cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação. Nessa perspectiva, para Almeida (2009) a TRS atua como guias de interpretação e organização da realidade, possuindo uma orientação prática que leva o indivíduo a se situar no mundo e o dominar. Trindade (1996) enfatiza a importância do conhecimento do senso comum e das relações cotidianas, a partir das experiências dos sujeitos e suas relações com a realidade. Para a autora, tais experiências, advêm das formas de inserção social e como os indivíduos apreendem e interpretam a realidade.

A abordagem estrutural entende as representações sociais como estruturas de conhecimento sobre temas da vida social, que são compartilhadas por grupos e que se formam a partir de elementos cognitivos ligados entre si (Wachelke & Wolter, 2011). Nessa perspectiva, toda representação social é dividida em elementos centrais e periféricos, sendo os primeiros mais resistentes à mudança. O núcleo central de uma representação social é composto por elementos normativos (padrões sociais e ideologias) e funcionais (características descritivas e condutas sociais), considerando que quanto maior a aproximação do sujeito com o objeto da representação mais o núcleo central dessa representação se torna funcional.

Abrieu (1994) destaca que uma representação só se transforma a partir do momento em que o próprio núcleo central é transformado. Portanto entende-se que o sistema central é estável, coerente, consensual e historicamente definido, enquanto que o sistema periférico constitui o complemento indispensável do sistema central do qual ele depende, isto porque se o sistema central é essencialmente normativo, o sistema periférico, é, por sua vez, funcional, devido a ele, a representação pode se ancorar na realidade do momento.

A abordagem societal proposta por Doise (2002) adota uma perspectiva mais sociológica, enfatizando a inserção social dos indivíduos como fonte de variação dessas representações. Nesta direção, de acordo com Almeida (2009) o objetivo dessa abordagem é conectar o individual ao coletivo, na tentativa de articular explicações de ordem individual com explicações de ordem societal, entendendo que os processos de que os indivíduos dispõem para funcionar em sociedade são orientados por dinâmicas sociais (interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais).

Doise (1982) entende que uma representação é formada através dos julgamentos de um grupo sobre os outros. Desse modo o posicionamento do sujeito em relação ao meio social interfere na forma como o indivíduo compreende a realidade. Para Camino (1996, p. 24), esse tensionamento torna-se importante para a compreensão da sociedade, considerando as interações entre dois níveis (o psicológico e o sociológico) como fenômenos de mão dupla. Com isso, “formações sociais são construídas dinamicamente pelo conjunto de representações e ações dos indivíduos que as constituem”.

Farr (1991) sustenta que a teoria das representações sociais não privilegia nenhum método de pesquisa em especial. Para Sá (1998), a adoção de diferentes quadros teóricos de referência nas teorias complementares resulta em opções preferenciais por diferentes métodos, de modo que o campo como um todo não se vincula exclusivamente a nenhum deles, esquematizando da seguinte forma: para a abordagem processual correspondem, sobretudo, os métodos qualitativos e: para as abordagens estrutural e societal predominam os métodos quantitativos, com destaque para a pesquisa experimental no caso da primeira.

Para explicar o processo de formação das representações, Moscovici (1978) salienta dois aspectos importantes: ancoragem e objetivação. A ancoragem refere-se ao fato de tudo o que se pensa sobre alguma coisa ter um embasamento na realidade. Quando pensa sobre um objeto, o sujeito usa como referência experiências e esquemas de pensamento já estabelecidos, assemelhando-se a um processo de categorização, uma vez que atribui aos objetos um local dentro de uma malha de significados (Moscovici, 1978; Vala, 2004). Portanto, permite integrar o objeto da representação em um sistema de valores próprios aos indivíduos, denominando-o e classificando-o em função da inserção social dos mesmos. Assim, Almeida e Santos (2011) entendem que um novo objeto é ancorado quando ele passa a fazer parte de um sistema de categorias já existentes mediante alguns ajustes. A objetivação corresponde à forma como se organizam os elementos de uma representação social e o percurso através do qual adquirem materialidade, processo que envolve três momentos. Primeiramente as informações, ideias e crenças acerca de um objeto são selecionadas e descontextualizadas e estes são reorganizados em torno de um esquema estruturante. A última etapa deste processo consiste na naturalização, de modo que as relações estabelecidas se constituam como categorias naturais e adquiram materialidade, ou seja, a objetivação torna concreto aquilo que é abstrato. Ela transforma um conceito em imagens, retirando-o de seu marco conceitual científico, trata-se de privilegiar certas informações em detrimento de outras, simplificando-as e dissociando-as de seu contexto original de produção (Almeida & Santos, 2011).

O desenvolvimento da TRS resulta, como vimos, da renovação dos interesses pelos fenômenos coletivos, especificamente pelas regras que regem o pensamento social. Com isso, o “senso comum” aparece como essencial, sendo a identificação da “visão de mundo” que os indivíduos ou os grupos têm e utilizam para tomar posição, indispensável para compreender a dinâmica das interações e práticas sociais (Abric, 1998).

Modelos de cognição e o pensamento social

A cognição social pode ser entendida como o conhecimento acerca de qualquer “objeto humano”, seja indivíduo, si próprio, grupos, papéis ou instituições (Troccoli, 2011). O autor acrescenta que são estruturas e processos mediante os quais os sujeitos selecionam, interpretam, recordam e usam a informação social para fazer julgamentos e tomar decisões.

Para Pereira (2011), os estudos sobre a cognição dependem da aceitação de uma premissa básica: “o conhecimento sobre o mundo é um elemento essencial para a sobrevivência”. (p. 101) Acrescentando que as cognições sociais envolvem formas de explicação sobre algum evento ou circunstâncias em que o sujeito está envolvido, desse modo, toda cognição social é compartilhada pelos grupos sociais.

Pensando na perspectiva de um sujeito ator com a noção de um sujeito indissociável do social, a cognição será entendida como uma atividade não só individual, mas social, uma vez que os indivíduos se encontram ligados aos outros em todos os planos (Vala, 1993).

Considerando as semelhanças de conteúdo, apesar das diferenças teóricas, deve-se reconhecer as limitações das teorias psicossociais e complementar com outra, para um entendimento maior e mais consistente dos fenômenos sociais. Portanto entendemos que um caminho possível se dá a partir da seguinte relação:



As atitudes têm sido por muito tempo foco de vários estudos desenvolvidos no contexto da Psicologia Social (Greenwald, et al., 2002; Krüger, 2011; Neiva & Mauro, 2011, Reich & Adcock, 1976; Rodrigues, Assmar & Jablonski, 1999; Salesses, 2005; Visser & Rosnick, 1998). Para Lima (1996), por ser um dos mais antigos e mais pesquisados conceitos em Psicologia Social, o mesmo se mostra bastante flexível, pois sobrevive a diferentes paradigmas e níveis de explicação dos mais diversos.

Alguns autores (Ibañez, 1988; Álvaro & Garrido, 2007) apresentam alguma dificuldade em estabelecer uma diferença entre o conceito de representação social e o conceito de atitude. Tais autores acreditam que um conceito agrega valor ao outro, de modo que são indissociáveis. De fato, as semelhanças entre os conceitos são muitas, já que, historicamente, pesquisadores recorrem ao conceito de atitude para dar conta de contextos bem próximos aos que invocam hoje os teóricos das representações sociais, posto que as atitudes segundo Ibañez (1988, p. 61), “fazem referência a disposições cognitivas adquiridas pelas pessoas em relação a certos objetos sociais”, sugerindo que as atitudes se exprimem em relação ao objeto da representação. O conhecimento das atitudes permite saber como os indivíduos pensam, sentem ou reagem a certos eventos.

Segundo Neiva e Mauro (2011) as definições sobre o tema existem desde 1920 e desde então tem gerado várias implicações para as medidas e seu desenvolvimento teórico. Allport (1935) entendia a atitude como as maneiras que um organismo reage, enfatizando as

implicações comportamentais que podiam ser extensivas a todas as situações ou objetos com os quais esse organismo se relaciona. Para Thurstone (1931), numa definição que até hoje influencia o campo de construção de medidas psicológicas, a atitude é um afeto pró ou contra um objeto psicológico.

Corroborando com o conceito, Torres (2010) considera que as atitudes são organizações duradouras de crenças e cognições, geralmente dotadas de carga afetiva pró ou contra um objeto de julgamento, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos ao mesmo. Elas possuem a função de permitir a obtenção de recompensas, protegerem a auto-estima, evitar a ansiedade, ordenar e assimilar informações complexas, refletir sobre convicções e valores e estabelecer a identidade social.

Olson e Zanna (1993) definem atitude a partir de quatro elementos, a saber: 1) avaliação, que corresponde a tendência psicológica que é expressa pela avaliação de uma entidade particular com algum grau de favorabilidade ou desfavorabilidade; 2) afeto, que se associa a um objeto mental; 3) cognição, entendida como um tipo especial de conhecimento notadamente conhecido, cujo conteúdo é avaliativo ou afetivo; e finalmente 4) conação ou predisposições comportamentais, que predispõe o organismo a uma resposta favorável ou desfavorável quanto a um objeto, pessoa ou ideia.

Dessa forma nota-se uma concordância geral de que atitude representa uma avaliação de um objeto psicológico capturado em suas características dimensionais como bom-ruim, nocivo-positivo, prazeroso-desagradável, gostável-não (Ajzen & Fishbein, 2000).

Rodrigues, Assmar e Jablonski (1999) ressaltam que as atitudes se constituem a partir de um processo de socialização, como derivativos da aprendizagem, sendo consequência de características individuais de personalidade ou de determinantes sociais, mediante seus componentes cognitivos, afetivos e comportamentais. O componente cognitivo (crenças, preconceito, conhecimento) refere-se a representação cognitiva anterior de um objeto, para a existência de evocação de atitudes relacionadas a este objeto. O componente afetivo indica características claras das atitudes sociais, porque implica em sentimento pró ou contra. O componente comportamental é definido como uma decorrência da interação entre o cognitivo e o afetivo, prevendo a ação do indivíduo na intenção de adotar um comportamento.

Verifica-se a partir deste conceito que as atitudes são fomentadas pelas crenças do indivíduo, o que indica que uma mudança de atitude requer necessariamente uma transformação nas crenças, principalmente em relação às consequências de um comportamento.

As crenças produzem consequências na cognição, nas emoções e na conduta. Segundo Krüger (2011) as crenças têm sempre sua origem em experiências pessoais podendo se formar tanto no campo da percepção, bem como no pensamento, raciocínio e imaginação. De acordo com o autor existem também as crenças externas, provenientes da percepção e alimentadas por sensações, nesse caso envolve apenas um formador de opinião com características importantes para o avaliador da informação, ou um tema não muito interessante para a pessoa, em ambos os casos, não existe a necessidade de grande elaboração cognitiva.

No processo de construção e de mudança de atitudes, a necessidade de facilitar a compreensão da mensagem com o mínimo de elaboração cognitiva proporciona uma situação fértil para a formação de estereótipos.

O conceito de estereótipo está intimamente ligado ao conceito de crenças. O fenômeno do estereótipo segundo Pérez-Nebra e Jesus (2011) se configura como uma atribuição de crenças que se faz a grupos ou pessoas. Essas crenças compartilhadas são generalizações que se fazem sobre grupos, pois segundo Allport (1954/1979), a estereotipia é uma tendência cognitiva a supergeneralizar e deformar os fatos a partir de similaridades percebidas. Pelo fato de o sujeito ter de reagir de maneira diferente, o mesmo baseia-se no que lhe é comum e a partir daí faz suas generalizações. Ressaltando que os estereótipos podem ser positivos, negativos ou neutros e apresentar intensidades diferentes.

Para Techio (2011) os estereótipos podem ser concebidos como crenças ou representações cognitivas simplificadas da realidade, pois os mesmos dão significado às ações intergrupais, incorporando diversas características tais como: interesses, metas, papéis sociais e imagens. Trata-se de crenças sobre atributos típicos de um grupo, compartilhados no interior de outro grupo social. Desse modo, estereótipos possuem a função de simplificar a demanda do percebido, facilitando o processo de informação (Pereira, 2002).

Semin (1994) define como principal característica dos estereótipos a redução da complexidade do ambiente social, que segundo o autor diferencia-se das representações sociais principalmente pelo seu conteúdo constituído por estruturas de processos cognitivos internos. Os estereótipos podem estar localizados segundo Menin (2006) nas zonas mudas das representações sociais, por serem espaços que embora sejam comuns a um determinado grupo e nele partilhadas, não se revelam facilmente nos discursos diários, muito menos nos questionários de investigação, pois são vistas como não adequadas em relação às normas sociais vigentes.

Segundo Torres (2010) alguns estudos buscaram identificar o papel das atitudes (Doise, 2002; Salesses, 2005) e dos estereótipos (Menin, 2006; Smith et al., 2006) no processo de estruturação das representações sociais e nas relações entre grupos (Waldzus, Mummendey, Wenzel & Weber, 2003). Nesse contexto, torna-se possível articular um modelo integrado entre as três abordagens. Além de interdisciplinar, a teoria das representações sociais possui uma intenção integradora, o que facilita essa articulação, pois a mesma considera os pressupostos de não ruptura entre interno e externo, sujeito e objeto da representação, necessita frequentemente da utilização de uma abordagem múltipla e da inovação de estratégias metodológicas (Camargo, 2005).

Possíveis articulações entre os modelos da cognição e a TRS

Os Modelos de Cognição Social (MCS) e a Teoria das Representações Sociais (TRS) são duas abordagens nas quais a articulação e o tensionamento podem ser muito profícuos, por várias razões: a) o solo onde se formam as representações e as cognições é o mesmo: o campo dos julgamentos sociais (Doise, 1972) e dos processos de construção da realidade social e psicológica; b) o contexto de formação e difusão das cognições e representações é também o mesmo: o das relações intergrupais (Almeida, 2009); c) os principais conceitos dessas duas perspectivas são intercambiáveis e complementares: atitudes, crenças e

representações sociais (Fraser, 1994) e d) os métodos de pesquisa predominantes nas duas abordagens (experimentais e descritivos) podem ser utilizados de modo integrado, ampliando poder de análise dos fenômenos (Gergen, 2002) e reconduzindo os estudos experimentais para o contexto das normas e das representações construídas nas relações sociais.

Acrescentamos ainda que as principais diferenças entre os MCS e TRS são: 1) Na TRS a articulação do pensamento social com os contextos históricos e culturais é uma questão central; 2) Nos MCS os problemas fundamentais são os processos internos de conhecimento; 3) Na TRS há maior ênfase em articular os planos cognitivo, avaliativo e emocional; 4) Nos MCS adota-se uma orientação molecular dos fenômenos, ou seja, intenta-se reduzir o complexo ao simples; na TRS a orientação é mais molar (Cabecinhas, 2004; Vala, 2003).

Nessa mesma perspectiva Wachelke (2013) destacou a possibilidade de aproximar as tradições de pesquisa do pensamento social e cognição social, ressaltando da necessidade de estudos enfocando a origem social dos processos estudados e apontando alguns caminhos de articulação, mais especificamente a partir de uma visão estruturalista seguindo um esquema de arquitetura do pensamento construído através da relação: estrutura, cognição e representação, privilegiando a noção de estereótipos como elo entre o modelo. Esta aproximação entre os MCS e a TRS permitiria colmatar algumas das principais lacunas das duas perspectivas, com destaque para às críticas à delimitação e análise conceitual na TRS.

Jahoda (1988) questiona a falta de clareza na distinção entre representações sociais e representações coletivas, se as RS são variáveis dependentes ou independentes, o quão geral e o quão específico são as RS, e a relação entre representações sociais, cultura, ideologia e mente grupal. Jahoda (1988) sugere então duas soluções para o problema, uma *soft* outra *hard*. A solução *soft* propõe que não sendo possível dar conta de todos os problemas as representações sociais possam ser tratadas como um conceito genérico de largo espectro que permite analisar diversos fenômenos. O conceito de RS teria assim apenas uma força descrita similar à do conceito de “desenvolvimento”, por exemplo (Räty & Snellman, 1992). A solução *hard* propõe, por outro lado, mudanças de impacto nas formulações conceituais e nas abordagens metodológicas associadas a elas a fim de alcançar uma maior consistência na Teoria; uma vez que, por causa da sua obscuridade conceitual, a TRS nunca pode ser testada e revisada empiricamente (Jahoda, 1988). Efetivamente, desconhecemos estudos que tenham adotado a TRS e que, como base nos resultados encontrados, critiquem os pressupostos da teoria, à exceção do Litton e Potter (1985). De forma que, a fluidez teórico-metodológica ao mesmo tempo em que enriquece a TRS a impede de se desenvolver.

Billig (1988) afirma que a TRS apresenta duas noções de representação, uma universal e outra particular. A universal seria aquela mais comum à toda a sociedade, um tipo de senso comum e conhecimento prático usado para tornar o mundo compreensível. A particular se refere às representações das sociedades modernas, que diferem das sociedades antigas. Como a ciência é importante fonte do conhecimento na contemporaneidade, o senso comum seria agora a apropriação *folk* da ciência, de forma que para Billig apenas se pode falar das representações no sentido particular (Räty & Snellman, 1992).

Potter e Litton (1985) discutem inicialmente a falta de um conceito bem definido de RS. O próprio Moscovici (1983), segundo estes autores, defende o caráter vago ou a imprecisão conceitual como uma virtude da teoria. De forma que, cada autor usa ou define como entende o fenômeno, o que gera dificuldades para utilizar a TRS em pesquisas empíricas (Potter & Litton, 1985).

Outra crítica desses autores se dirige à noção genérica de grupo adotada na TRS. Os grupos e categorias sociais não podem ser tratados como um fenômeno que ocorrem naturalmente e que possam ser usados como uma base não problemática para as conclusões de uma pesquisa. Por exemplo, quando citamos um estudo sobre as “representações sociais da bebida para alcoolistas”, podemos nos perguntar em que medida “alcoolistas” são um grupo para os que responderam à pesquisa; e mesmo satisfazendo ao critério de pertencimento, ainda posso indagar em que medida os participantes se identificam com essa categorização.

Potter e Litton (1985) criticam ainda a noção de consenso, tão cara à TRS. Os autores comentam que os recursos metodológicos adotados nos estudos sobre representações sociais muitas vezes conduzem à pressuposição do consenso entre os participantes e à negligência das diferenças ou dissensos intragrupo. De tal modo que, não basta afirmar que as representações sociais implicam no compartilhamento de imagens, crenças, ideias, ou atitudes, sem antes especificar que nível e intensidade do consenso são requeridos para estar efetivamente falando de uma representação social (de um grupo) sobre o um objeto (Potter & Litton, 1985).

Atitudes e estereótipos no campo das representações sociais

Não obstante sua importância, as críticas apresentadas não propõem um tratamento dos problemas que permita avanços teóricos à psicologia social (Semin, 1985). A ideia central do texto é a de que as análises da cognição social, especificamente dos conceitos de atitudes e estereótipos podem ser muito úteis para ampliar a teoria das representações sociais, especialmente no que se refere à sua fluidez conceitual.

A atitudes e os estereótipos são dois temas que têm sido muito pesquisados pelos Modelos de Cognição Social. Ambos podem ser definidos como crenças ou representações cognitivas, frequentemente chamadas de protótipos ou esquemas, que se compõem de redes entre traços personalísticos ligados a membros de categorias sociais (Stangor & Schaller, 1996), portanto a representação dos grupos sobre o outro está na base dos dois fenômenos, seja quando entendida como uma representação cognitiva (mental), seja quando concebida como uma representação social.

Os estereótipos e as atitudes são, portanto, uma área de pesquisa que permite integrar os MCS com a TRS, ampliando o poder heurístico das duas abordagens em comparação ao seu uso isolado. Destaca-se que na análise desses fenômenos é possível vislumbrar as limitações e possibilidades dessas abordagens com mais clareza porque a construção e expressão do pensamento social mobilizam os quatro níveis de análise referidos neste texto: intrapessoal, interpessoal, posicional e ideológico; níveis que marcam os pontos de contraste e de intersecção entre as teorias ou abordagens em tela e permitem entender melhor a relação indivíduo sociedade e as relações sociais (Doise, 1982).

No campo da cognição, o Modelo Dissociativo (Devine, 1989) considera que as pessoas têm crenças pessoais e crenças coletivas, e que em contextos de pressão normativa as crenças pessoais podem se dissociar das crenças coletivas. Na teoria das representações sociais a abordagem societal de Willem Doise propõe que: 1) há uma partilha de crenças comuns, entre os diferentes membros de uma população, acerca de um dado objeto social; 2) é preciso entender e explicar como o porquê dos indivíduos se diferenciarem entre si nas relações que eles mantêm com os objetos de representação e 3) as RS são caracterizadas por ancoragens sociais que explicam as tomadas de posição, devendo estas ser identificadas (Doise, Clémence & Lorenzi-Cioldi, 1992).

Propondo a integração destes dois modelos de análise no entendimento das atitudes e dos estereótipos, o modelo dissociativo com a abordagem societal, pode definir melhor a relação indivíduo-sociedade na TRS; esclarecer mais precisamente o fenômeno do consenso e destacar o dissenso; tornar salientes as ancoragens ou solo histórico e cultural das crenças; fazendo assim avançar as duas abordagens e, sobretudo, a compreensão dos fenômenos estudados.

Alguns poucos estudos já foram realizados com o intuito de articulação entre as referidas abordagens: Moliner e Vidal (2003) realizaram uma pesquisa centrada na relação entre a categorização social e representação social, visando estabelecer as diferenças e semelhanças entre estes dois tipos de estruturas cognitivas que dizem respeito a um grupo social.

Os autores partiram do pressuposto que os elementos centrais de uma representação de um grupo são idênticos aos elementos estereotipados desta categorização do mesmo grupo, para tal eles utilizaram como grupo social, idosos para verificar como os mesmos são vistos por outro grupo que eram adultos jovens. Foram feitos dois estudos: no primeiro, foram mensuradas algumas características relacionados ao idoso, verificando uma forte correlação entre a centralidade e a estereotipia. No segundo estudo, os sujeitos foram expostos a informações contrárias as crenças observadas nas respostas às características relacionadas aos idosos. Como resultado foi possível verificar uma maior resistência dos elementos centrais que não se modificaram, enquanto houve uma transformação nos estereótipos. Os autores concluem ainda que não se possa afirmar uma correspondência estreita entre estereótipo e núcleo central, a tentativa de articulação dos conceitos traz inegável ampliação no entendimento das investigações sobre os processos de categorização social.

Na mesma direção, Rateau, Moliner, Guimelli e Abric (2011) ressaltaram a importância do desenvolvimento da TRS no sentido de aprofundar o conhecimento do funcionamento psicossocial do indivíduo e do grupo, principalmente na relação entre atitudes e representações sociais.

Neste texto procuramos, de forma introdutória, estabelecer uma agenda de pesquisa que foque a integração de modelos de análise das duas perspectivas no estudo dos fenômenos das relações intergrupais, dialogando com diferentes orientações teóricas e metodológicas a exemplo dos estereótipos e atitudes. A maioria dos estudos encontrados, que buscam articular as análises da TRS com as da Cognição Social tem proposto que este exercício é uma forma de estimular o desenvolvimento da Psicologia Social, a fim de superarmos a lógica da raposa e do ouriço predominante na pesquisa em ciências sociais e humanas.

Referências

- Abric, J. C. (1998). La recherche sur les représentations sociales: l'étude expérimentale des représentations sociales. In J. C. Deschamps & J. L. Beauvois (Dir.). *Des attitudes aux attributions: sur la construction de la réalité sociale* (pp. 158-161). Grenoble: PUG.
- Abric, J.C. (1994). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: PUF.
- Abric, J-C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-38). Goiânia: AB Editora.
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (2000). *Attitudes and the attitude-behavior relation: Reasoned and automatic processes*. In W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.). *European Review of Social Psychology* (pp. 1-33). John Wiley & Sons.
- Allport, G. W. (1954/1979). *The nature of prejudice* (3ª ed.). Wokingham: Addison-Wesley.
- Allport, G. W. (1935). Attitudes. In C. Murchison (Ed). *Handbook of Social Psychology*. Worcester, Mass: Clark University Press.
- Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S., Diniz, G. R. S., & Trindade, Z. A. (Orgs.). (2006). *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais* (1ª ed.). Brasília: UnB.
- Almeida, A. M. O., & Santos, M. F. S. (2011). Representação Social. In C. V. Torres & E. R. Neiva. *Psicologia Social Temas e Vertentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Almeida, A. M. O. (2009). Abordagem societal das representações sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, 24(3), 713-737.
- Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2007). *Psicología Social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. Madrid: McGraw-Hill.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1966/1985). *A construção social da realidade. Os fundamentos do conhecimento na vida cotidiana*.
- Billig, M. (1988). Social representation, objectification and anchoring: A rhetorical analysis. *Social Behaviour*, 3(1), 1-16.
- Bomfim, N. R. (2004) *Représentation sociale de l'espace et enseignement/aprentissage de La géographie scolaire chez les élèves "favelados" d'une ville au nord-est Du Brésil*. Tese de doutorado, Universidade do Quebec, Montreal, Canadá.
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, 14(28), 125-137.
- Camargo, B. V. (2005). *Estratégias de pesquisa pluri-metodológicas*. In A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuíno & S. M. Nóbrega. *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 19-24). João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB.
- Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia e Sociedade*, 8(1), 17-42.
- Camino, L., & Torres, A. R. R. (2011). *Origens e desenvolvimento da Psicologia Social*. In A. R. R. Torres, L. Camino, M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Orgs.). *Psicologia Social: temas e teorias* (1ª ed.). (pp. 23-101). Brasília: Technopolitik.
- Camino, L., Da Silva, P., & Machado, A. (2005). As novas formas de expressão do preconceito racial no Brasil: Estudos exploratórios. In M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Orgs.). *Estereótipos, Preconceito e discriminações: Perspectivas teóricas e metodológicas* (pp. 121-140). Salvador: EDUFBA.
- Devine, P. G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56(1), 1-18.
- Doise, W. (1972). Rencontres et représentations intergroupes. *Archives de Psychologie*, 41, 303-320.
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Paris: PUF.
- Doise, W. (1984). *Social representations, intergroup experiments and levels of analysis*. In R. Farr & S. Moscovici.

- (Org.). *Social Representations*. Cambridge: University Press.
- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 027-035.
- Doise, W., Clemence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1992) *Représentations sociales et analyses des données*. Grenoble: PUG.
- Durkheim, É. (1963). *Sociologie et philosophie*. Paris: PUF.
- Farr, R. M. (1991). The long past and the short history of social psychology. *European Journal of Social Psychology*, 21, 371-380.
- Ferreira, M. C. (2011). Breve história da moderna psicologia social. In C. V. Torres & E. R. Neiva. *Psicologia Social Temas e Vertentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Flament, C. (1987). *Pratiques et représentations sociales*. In J. L. Beauvois et al (Dir.). *Perspective cognitive et conduits sociales* (pp.143-150). Paris: Del Val.
- Fraser, C. (1994). Attitudes, social representations and widespread beliefs. *Papers on Social Representations*, 3(1), 1-138.
- Geertz, C. (2001). *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gergen, K. (2002). Beyond Autonomy and Community: Relational Being. In K. Koepping, M. Walker & R. Wiehl (Ed.). *Die autonome person: Eine Europäische erfindung?* Munich: Wilhelm Fink.
- Greenwald, A. G., Banaji, M. R., Rudman, L. A., Farnham, S. D., Nosek, B. A., & Mellott, D. S. (2002). Unified theory of implicit attitudes, stereotypes, self-esteem and self-concept. *Psychological Review*, 109(1), 3-25.
- Heider, F. (1958). *The Psychology of Interpersonal Relations*. New York: Wiley.
- Ibañez, T. (1988). *Representaciones Sociales, Teoria y Método*. In T. Ibañez. *Ideologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Sendai.
- Jahoda, G. (1988). Critical notes and reflections on social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18(3), 195-209.
- Jodelet, D. (1989). *Les représentations sociales: um domaine em expansion*. In D. Jodelet (Org.). *Les représentations sociales* (pp. 31-61). Paris: PUF.
- Jodelet, D. (1994) Le corps, la personne et autrui. In S. Moscovici. *Psychologie sociale des relations à autrui* (pp. 41-68). Paris: Ed.Nathan.
- Krüger, H. R. (2011). *Ideologia, Crenças e Atitudes*. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima & M. E. Pereira. (Org.). *Psicologia Social: temas e teorias*. (1 ed.). Brasília, DF.: TechnoPolitik.
- Lima, L. P. (1996). Atitudes: Estrutura e Mudança. In J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Litton, I., & Potter, J. (1985). Social representations in the ordinary explanation of a "riot". *European Journal of Social Psychology*, 15, 371-388.
- Menin, M. S. S. (2006). Representação social e estereótipo: a zona muda das representações sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(1), 43-52.
- Moliner, P. (1996). A two-dimensional model of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 25(1), 27-40.
- Moliner, P., & Vidal, J. (2003). Stéréotype de la catégorisation et noyau de la représentation. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 1.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse son image et son public*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (1983). *The coming era of representations*. In J. Forgas (Ed.). *Social Cognition: Perspectives on everyday understanding*. London: Academic Press.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R. M. Farr & S. Moscovici (Eds.). *Social Representations*.

- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais, investigações em psicologia social* (G. Duveen, ed. em inglês; P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Neiva, R. E., & Mauro, T. G. (2011). Atitude e mudança de atitudes. In C. V. Torres & E. R. Neiva. *Psicologia Social: principais temas e vertentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Olson, J. M., & Zanna, M. P. (1993). *Attitudes and attitude change*. Annual Review of Psychology.
- Pereira, M. E. (2002). *Psicologia social dos estereótipos*. São Paulo: EPU.
- Pereira, M. E. (2011). Cognição social. In A. R. R. Torres, L. Camino, M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Orgs.). *Psicologia Social: temas e teorias* (1ª ed.). (pp. 101-170). Brasília: Technopolitik.
- Pérez-nebra, A. R., & Jesus, J. G. (2011). Preconceito, estereótipo e discriminação. In C. V. Torres & E. R. Neiva. *Psicologia Social: principais temas e vertentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Potter, J., & Litton, I. (1985). Some problems underlying the theory of social representations. *British Journal Of Social Psychology*, 24, 81-90.
- Rateau, P., & Moliner, P. (Eds.) (2009). *Représentations sociales et processus sociocognitifs*. Rennes: PUR.
- Rateau, P., Moliner, P., Guimelli, C., & Abric, J.-C. (2011). Social representation theory. In P. A. Van Lange, A. W. Kruglanski & E. T. Higgins (Eds.). *Handbook of theories of social psychology* (pp. 477-497). New York: North-Holland Publishers.
- Räty, H., & Snellman, L. (1992). Making the unfamiliar familiar. Some notes on the criticism of the theory of social representations. *Ongoing Production on Social Representation*, 1(1), 3-13.
- Reich, B., & Adcock, C. (1976). *Valores, atitudes e mudanças de comportamento*. (E. Almeida, Trad.). (pp. 34-56). Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 1976.
- Rodrigues, A., Assmar, E., & Jablonski, B. (1999). *Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ.
- Salesses, L. (2005). Effet d'attitude dans le processus de structuration d'une représentation sociale. *Psychologie Française*, 50, 471-485.
- Semin, G. R. (1985). The phenomenon of social representations: A comment on Potter & Litton. *British Journal Of Social Psychology*, 24, 93-94.
- Semin, G. R. (1994). *Prototypes et représentations sociales*. In D. Jodelet. *Les Représentations Sociales* (4a ed.) (pp. 239-274). Paris: Presses Universitaires de France.
- Silva, P. O. M. (2009). *Vivendo casamentos, separações e recasamentos: um estudo sobre o campo representacional da conjugalidade*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Silva, P. O. M., Trindade, Z. A., & Silva Jr, A. (2012). As representações sociais de conjugalidade entre casais recasados. *Estudos em psicologia*, 17(3), 435-443.
- Smith, E. R., Miller, D. A., Maitner, A. T., Crump, S. A., Garcia- Marques, T., & Mackie, D. M. (2006). Familiarity can increase stereotyping. *Journal of Experimental Social Psychology*, 42, 471-478.
- Stangor, C., & Schaller, M. (1996). Stereotypes as individual and collective representations. In C. Macrae, C. N. Stangor & M. Hewstone (Eds.). *Stereotypes and stereotyping*. Nova York: Guilford Press.
- Tajfel, H., & Turner, J. (1979). An integrative theory of social conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.). *The Social Psychology of Intergroup Relations*. Monterey: Calif. Books.
- Techio, E. M. (2011). Estereótipos sociais como preditores das relações intergrupais. In E. M. Techio & M. E. O. Lima. *Cultura e Produção das diferenças: estereótipos e preconceito, no Brasil, Espanha e Portugal*. Brasília: Technopolitik.
- Thurstone, L. L. (1931). The measurement of social attitudes. In M. Fishbein (Org). *Readings in attitude Theory and measurement*. New York: Wiley e Sons.
- Torres, T. L. (2010). *Pensamento social sobre envelhecimento, idoso e rejuvenescimento para diferentes grupos etários*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, SC, Brasil.

- Trindade, Z. A. (1996). Representação social: modo de conhecer no cenário da saúde. In Z. A. Trindade & C. Camino (Orgs.), *Cognição Social e Juízo Moral* (1ª ed.). (pp. 45-59). Rio de Janeiro: ANPEPP.
- Troccoli (2011). Cognição Social. In: Torres, C. V.; Neiva, E.R. *Psicologia Social: principais temas e vertentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Vala, J. (1993) As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*, 27, p. 887-919.
- Vala, J. (2003) A Análise de Conteúdo. In: A.S. Silva; J. M. Pinto (Orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*. 12 ed. Porto: Edições Afrontamento, p. 101-128
- Vala, J. (2004). Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social. Em J.Vala & M.B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Valentim, J. P. (2013). Que futuro para as representações sociais? *Psicologia e Saber Social*, 2(2), 158-166.
- Visser, P.S. & Rosnick, J.A. (1998). Development of attitude strenght over the life cicle: surge and decline. *Attitudes and Social Cognition. Journal of Personality and Social Psychology*, 73(6), 1389-1410.
- Wachelke, J. F. R. (2013). The symbolic structures of social life: integrative comments on the social thinking architecture. *Psicologia e Saber Social*, v. 2, p. 167.
- Wachelke, J. F. R.; Wolter, R. P. (2011). Critérios de Construção e Relato da Análise Prototípica para Representações Sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* (UnB. Impresso), v. 27, p. 521-526, 2011.
- Wagner, W. (1998). Sócio-gênese e características das representações sociais. In A. S. P. Moreira, & D. C. de Oliveira. (Eds.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 3-25). Goiânia: AB.
- Waldzus, S., Mummendey, Wenzel, M. & Weber, U. (2003). Towards tolerance: representations of superordinate categories and perceived in-group prototypicality. *Journal of Personality and Social Psychology*.

Apresentação: 02/08/2014

Aprovação: 02/10/2014